



1999

“Eu sou favorável à tortura, tu sabe disso”

2016

“Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”

2018

“Vamos fuzilar a petralhada aqui no Acre”

2020

“E daí, lamento. Quer que eu faça o quê? Não sou coveiro”

“SE HOJE NÃO FIZERMOS NADA, TALVEZ AMANHÃ JÁ NÃO NOS RESTE MAIS NADA A FAZER”

INSPIRADO EM VÍDEO DO JORNALISTA @MARCELO.CANELLAS

EM ARTIGO EXCLUSIVO PARA O JORNAL DA ADUFRJ, professor Francisco Carlos Teixeira, um dos maiores estudiosos de ditaduras militares, analisa o julgamento histórico do ex-capitão que desde sempre defende a tortura e que tentou empurrar o Brasil para o cadafalso de um golpe de Estado. **Página 8**

UFRJ realiza ato em defesa da soberania

> Atividade na quinta-feira (4) acontece no prédio do IFCS-IH e contará com pesquisadores, parlamentares e jornalistas entre os convidados dos debates

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

O prédio do IFCS-IH, no Largo de São Francisco, recebe uma manifestação em defesa da soberania nacional nesta quinta-feira, 4, a partir de 13h30. Ato semelhante está sendo realizado por todo o país, como no Clube de Engenharia, no dia 1º. A atividade na UFRJ integra um movimento que conta com a participação de mais de 250 entidades. Entre elas, a Academia Brasileira de Ciências, a Associação Brasileira de Imprensa, a Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência, a União Nacional dos Estudantes e a AdUFRJ.

“O momento histórico é de enorme gravidade, pois está em causa a defesa da Constituição Brasileira e das instituições que têm por finalidade defendê-la e obedecê-la”, afirma o diretor do IFCS, professor Fernando Santoro.

“A soberania está intimamente ligada à capacidade de um povo de estabelecer as leis pelas quais se rege como sociedade autônoma e independente. Como diz Heráclito, é mais importante defender as leis do que os muros da cidade”, completa, em referência ao filósofo grego pré-socrático.

Dois debates acontecem no Salão Nobre do prédio, com a

participação de pesquisadores, parlamentares e jornalistas. A primeira mesa discute as privatizações no Brasil nos últimos 30 anos. O debate é essencial para o diagnóstico da situação do país e para a elaboração de uma agenda de retomada do desenvolvimento econômico, segundo o professor Luiz Carlos Delorme Prado, do Instituto de Economia da UFRJ e um dos palestrantes convidados.

“A atuação das empresas industriais brasileiras foi muito reduzida. O que se coloca é a necessidade de uma agenda de desenvolvimento do país que passa pela recuperação de segmentos que desapareceram com a desindustrialização ou foram privatizados. Se não for possível

retomar essas empresas, que sejam criadas novas empresas públicas para disputar o mercado”, diz. “A China mostra que é altamente eficiente, em vez de ter uma grande empresa doméstica, ter duas ou três concorrendo no mesmo setor”.

A globalização foi abandonada pelo seu principal promotor, os EUA. O mundo agora é mais nacionalista do que nunca, segundo Prado. “Como ficou claro com a agenda americana, com a resposta chinesa e a submissão europeia. Quem não consegue ter uma agenda nacional forte entra em alguma área de influência e tem seu futuro comprometido”, afirma.

Já a segunda mesa do evento terá como um dos temas o papel

dos meios de comunicação durante a crise atual.

Um dos palestrantes, o professor Francisco Teixeira, Titular do Instituto de História da UFRJ, critica o que chama de “extrema fulanização” no debate público. “Considerar a política externa dos Estados Unidos como capturada pela dobradilha Eduardo Bolsonaro-Paulo Figueiredo é desconhecer as dimensões variadas e profundas da política externa de uma superpotência capitalista”, afirma.

Para o docente, enquanto discute a atuação dos Bolsonaro, a imprensa e autoridades brasileiras perdem a oportunidade de falar ao grande público sobre os interesses econômicos americanos que se chocam com os interesses brasileiros: a construção e viabilização dos BRICS+, a atuação protagonista do Brasil nas relações internacionais marcada pelo multilateralismo e a concorrência brasileira em setores chave da economia americana.

“O caráter brutal do imperialismo e de seu ‘imperador’ Donald Trump estão relegados a um segundo posto”, lamenta Teixeira. “É necessário um grande esforço de união latino-americana contra essa ameaça maior. Já Eduardo Bolsonaro não passa de uma menção de pé de página na História”, conclui.

Debates marcam reta final da campanha eleitoral

> Primeiro debate evidenciou diferenças entre os dois grupos que disputam a diretoria da AdUFRJ. Segundo encontro acontece na Escola de Química. Eleições serão nos dias 10 e 11 de setembro

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Falta pouco. Na próxima semana, nos dias 10 e 11 de setembro, os professores da UFRJ vão eleger a próxima diretoria da AdUFRJ. A campanha está na reta final com cartazes espalhados pelos campi, em reuniões entre docentes e debates. Na próxima quarta-feira, 3 de setembro, será realizado o segundo debate entre os dois grupos. Será às 11h, no Auditório da Escola de Química, no Bloco E do Centro de Tecnologia.

As regras do debate obedecerão às mesmas do primeiro encontro, ocorrido na quarta

passada, na Praia Vermelha. Serão dois blocos. No primeiro, as chapas farão uma apresentação de cinco minutos. Depois, duas perguntas da plateia serão sorteadas para serem respondidas pelas duas chapas. A seguir, cada chapa elabora uma pergunta para a concorrente responder. O segundo bloco repete a dinâmica do primeiro, com considerações finais de cinco minutos de cada uma das chapas.

QUEM PODE VOTAR

São eleitores todos os professores em dia com suas contribuições sindicais e filiados à AdUFRJ até 12 de julho.

Professores aposentados poderão votar em separado em

qualquer uma das 22 urnas espalhadas pelos campi do Rio, Caxias e Macaé. Já os professores da ativa devem procurar, preferencialmente, a seção eleitoral correspondente à sua unidade. Na próxima edição, publicaremos todos os locais e horários de votação.

PRIMEIRO DEBATE

O primeiro debate entre as chapas aconteceu na noite de 27 de agosto, na Escola de Serviço Social. A Chapa 1, de situação, foi representada pela professora Ligia Bahia (IESC), candidata a presidente, e pelo professor Pedro Lagerblad (IBQM), candidato a 1º secretário. A Chapa 2, de oposição, foi representada pela professora Renata Flores

(CAp), candidata a presidente, e pelo professor Paulo Pachá (IH), candidato a 1º vice-presidente.

Temas como democracia, greve, participação e concepção do movimento sindical, voto e modelos de assembleia foram alguns dos destaques do debate. No confronto, foi possível perceber diferenças entre os grupos sobretudo no que diz respeito às formas de luta e mobilização, de atuação na vida sindical e de inserção na política do país.

Cerca de 50 professores acompanharam o debate na plateia. Quatro foram sorteados para fazer perguntas às chapas. Outras 71 pessoas assistiram à transmissão ao vivo. A gravação, que pode ser vista na íntegra no canal da AdUFRJ no Youtube, acumula mais de 300 visualizações.

O debate foi mediado pelo professor Luiz Eurico Nasciutti, presidente da Comissão Eleitoral e decano do Centro de Ciências da Saúde. “Eu agradeço muito às chapas pelo debate de hoje, mas especialmente pelas duas professoras que se dispuseram a concorrer à presidência do sindicato”, destacou.

“A UFRJ só tem a ganhar com esta eleição, qualquer que seja a vitória”, afirmou o docente. “Precisamos trabalhar para que a participação seja expressiva, pelo menos da maioria dos nossos colegas. Vamos insistir para que nossos colegas venham votar. É muito importante o voto de cada um”, convocou Nasciutti.

SOBERANIA NACIONAL
EU APOIO!

UFRJ NAS RUAS POR UM BRASIL SOBERANO
DEBATE E ATIVIDADES POPULARES

LOCAL:
IFCS (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS-UFRJ)
LARGO DO SÃO FRANCISCO, 01-CENTRO/RJ

4/9 QUINTA 13h30

APOIE VOCÊ TAMBÉM: soberanianacional.com.br

ELEIÇÃO DA ADUFRJ
A VOTAÇÃO SERÁ PRESENCIAL!!!

10 e 11 de setembro

COMPAREÇA!! PARTICIPE!!!

Não haverá votação online

ELEIÇÕES 2025 >> AdUFRJ



O **Jornal da AdUFRJ** questionou as chapas sobre propostas para a carreira docente e as iniciativas pensadas para melhorar as condições de trabalho na maior universidade federal do Brasil. Os temas são de profundo interesse dos professores, que sofrem com a precarização da estrutura universitária, com a burocracia nos processos de progressão, além de injustiças em ações de insalubridade. Veja abaixo as respostas encaminhadas pela **Chapa 1 – UFRJ na luta pela Democracia e Conhecimento**.

As eleições para a diretoria e Conselho de Representantes serão presenciais e estão marcadas para os dias 10 e 11 de setembro em todos os campi. Haverá 22 urnas no Rio, Caxias e Macaé. Participe!

CHAPA 1 – UFRJ NA LUTA PELA DEMOCRACIA E CONHECIMENTO



LIGIA BAHIA
Presidente

IESC



MARIA TEREZA LEOPARDI MELLO
1ª Vice-presidente

IE



MICHEL GHERMAN
2º Vice-presidente

IFCS



PEDRO LAGERBLAD
1º Secretário

IBQM



ANDREA PEREIRA PARENTE
2ª Secretária

EQ



DANIEL NEGREIROS CONCEIÇÃO
1º Tesoureiro

IPPUR



LUISA ANDREA KETZLER
2ª Tesoureira

Campus Duque de Caxias



1. Quais as propostas da chapa para promover a carreira docente no que diz respeito à progressão, qualificação e valorização profissional?

Em relação à carreira, nosso desafio é elaborar uma proposta que seja uma alternativa de projeto capaz de mobilizar os professores para uma carreira universitária que estimule trajetórias acadêmicas inclusivas e produtivas. Isso passa por criar um sistema adequado de incentivos nas progressões/promoções, com salários compatíveis e procedimentos de contratação eficazes. Isso envolve entre outros aspectos:

1. Reversão das distorções na estruturação dos níveis da carreira, e estabelecimento de um plano consistente de classes e

níveis com as respectivas remunerações e acréscimos correspondentes a titulação e regime de trabalho.

2. Um plano de carreira deve ser tratado diferentemente de salário. Em princípio, nossa luta deve ser por melhores salários para todos, o que é importante, inclusive, para tornar a carreira acadêmica docente mais atrativa – uma condição de sobrevivência da universidade pública de qualidade. Atualmente as distorções salariais mencionadas atingem fortemente os docentes recém-contratados, o que justifica a defesa de aumentos proporcionalmente maiores para os salários dos níveis iniciais da carreira.

3. Progressão e promoção ao longo da carreira devem se basear em avaliação, com critérios que reflitam um perfil desejado por uma universidade pública de qualidade e inclusiva; e que sejam flexíveis – não apenas para contemplar as especificidades de cada área, mas também para permitir/incentivar trajetórias acadêmicas diferenciadas.

4. A autonomia universitária prevista na Constituição precisa

se traduzir em maior liberdade efetiva para as universidades estabelecerem os perfis desejados para seus docentes, inclusive no que tange aos critérios de avaliação dos concursos.

Temos, assim, diversas frentes de batalha: há necessidade de mudanças legais e de articulação com outras Universidades Federais; regras e procedimentos internos da UFRJ precisam ser revistos. Vale, ainda, uma negociação com os órgãos de controle (MP e CGU), a fim de discutir alternativas de critérios de contratação que garantam ao mesmo tempo a transparência e impessoalidade, de um lado, e de outro a flexibilidade para se adaptar às especificidades e perfis de diferentes áreas.

2. Como a chapa pretende atuar para reduzir desigualdades entre grandes áreas da UFRJ em termos de acesso a recursos de pesquisa e infraestrutura predial?

A desigualdade no acesso a recursos de pesquisa e infraestrutura predial não é apenas um problema administrativo, mas um entrave para a missão pública da nossa universidade. Propomos a criação de um

observatório permanente com participação das unidades e centros, capaz de mapear de forma transparente e democrática as carências e avanços em cada área. A partir desse diagnóstico, defenderemos a adoção de critérios equitativos de distribuição de recursos, que levem em conta tanto a necessidade de garantir condições mínimas de trabalho e ensino, quanto a relevância social de projetos estrategicamente importantes para transformar a realidade do país.

Além disso, lutaremos pela criação de um fundo de equalização interna/ou utilização funcional dos fundos contábeis, destinado a corrigir as disparidades históricas que ainda marcam a universidade.

3. Que estratégias a chapa pretende adotar para garantir a melhoria das condições de trabalho na universidade e para reduzir as burocracias e injustiças em relação aos adicionais ocupacionais, como a insalubridade?

As condições de trabalho de docentes e técnicos são hoje marcadas por burocracia excessiva e negação injusta de direitos, especialmente em relação aos

adicionais de insalubridade e periculosidade. Nossa chapa defenderá a criação de um grupo de trabalho técnico-jurídico permanente para acompanhar processos, e propor medidas para corrigir eventuais distorções de modo a que ninguém seja prejudicado por critérios arbitrários. Também vamos propor a digitalização plena dos processos e definição transparente de prazos, para evitar que docentes fiquem anos aguardando por decisões. Mas não basta resolver o problema pontual: queremos lutar para inserir os adicionais dentro de uma política mais ampla de saúde e segurança do trabalho, com fornecimento de EPIs, reformas prediais e campanhas de prevenção.



ELEIÇÕES 2025 >> AdUFRJ

O **Jornal da AdUFRJ** questionou as chapas sobre propostas voltadas para a carreira docente e as iniciativas pensadas para melhorar as condições de trabalho na maior federal do Brasil. Os temas são de profundo interesse dos professores, que sofrem com a precarização da estrutura universitária, com a burocracia nos processos de progressão, além de injustiças em ações de insalubridade. Veja abaixo as respostas encaminhadas pela **Chapa 2 – ADUFRJ de luta: dignidade nas condições de trabalho e defesa da universidade pública**.

As eleições para a diretoria e Conselho de Representantes serão presenciais e estão marcadas para os dias 10 e 11 de setembro em todos os campi. Haverá 22 urnas no Rio, Caxias e Macaé. Participe!



CHAPA 2 – ADUFRJ DE LUTA: DIGNIDADE NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA



RENATA LUCIA BAPTISTA FLORES
Presidente

CAp



PAULO HENRIQUE DE CARVALHO PACHÁ
1º Vice-presidente

IH



ALINE CALDEIRA LOPES
2ª Vice-presidente

ESS



FLÁVIO FERREIRA DE MIRANDA
1º Secretário

IE



LUANA MANHÃES DA SILVA
2ª Secretária

EBA



SARA A. GRANEMANN
1ª Tesoureira

ESS



FERNANDA SANTOS ARAÚJO
2ª Tesoureira

Nides/CT



1. Quais as propostas da chapa para promover a carreira docente no que diz respeito à progressão, qualificação e valorização profissional?

Nossa proposta histórica é a da carreira única, com a unificação entre o Magistério Superior e o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, rompendo com a desestruturação negociada pela Proifes e seus acordos de gabinete, urdidos com diferentes governos.

Propomos uma carreira que, em sua estrutura, valorize o trabalho e o fazer docente a partir de princípios e dispositivos que a organizem. O 15º CONAD Extraordinário do ANDES, depois de dois anos de debates nacionais (negligenciados pela Adufrj devido ao seu isolamento político), definiu Diretrizes Gerais para a carreira, dentre as quais destacamos: efetivação de linha única remuneratória no contracheque com padrão comum para toda a categoria – ativo(a)s e aposentado(a)s; priorização do regime de trabalho de 40h D.E. desde o

concurso público; definição de piso salarial e data-base; valorização do tempo de serviço por acréscimo salarial automático – retomada de anuênios, biênios, triênios ou quinquênios; estímulo à capacitação e à qualificação docente por meio da formação continuada, garantindo afastamento para todas as licenças capacitação com contratação de docente substituto(a).

Destacamos a defesa de progressão mediante avaliação qualitativa pelos pares, em um processo nem meritocrático nem punitivista e que garanta condições para o avanço na carreira. Abarcando as distintas dimensões do trabalho docente, em especial o ensino, a pesquisa e a extensão, defendemos que a progressão seja desburocratizada e orientada pelo cumprimento do regime de trabalho no período de interstício.

O compromisso de nossa Chapa com esta questão é crucial tendo em vista a tentativa recente de cassação do direito às progressões múltiplas previstas em lei, por meio de uma regulação interna castradora – aprovada com parecer favorável de Diretor da Adufrj à época, que tem assento no CONSUNI como emérito.

2. Como a chapa pretende atuar para reduzir desigualdades entre grandes áreas da UFRJ em termos de acesso a recursos de pesquisa e infraestrutura predial?

Uma seção sindical não gere sua universidade, mas interfere na correlação política de suas decisões. A sua responsabilidade é organizar o coletivo de docentes pela defesa da sua dignidade em relação às condições de trabalho e de sua participação política na definição dos rumos da universidade. A proposta da Chapa 2 é retomar o diálogo com a categoria para que ela (re)conheça e problematize as desigualdades entre diferentes áreas, rechaçando o quadro grotesco que conforma Unidades em condições absurdamente distintas na UFRJ hoje.

Ao mesmo tempo, vamos reorganizar os Grupos de Trabalho do Andes, como os de C&T e de Verbas, permitindo que o importante acúmulo de docentes da UFRJ sobre estas políticas (inclusive junto a órgãos de fomento) tenham repercussão e incidência nas ações do Sindicato Nacional. Essa organização demanda, por sua vez, uma postura independente em relação à reitoria, aos partidos e ao Estado, uma vez

que se trata, justamente, de cobrar-lhes o estabelecimento de condições dignas, equânimes e cada vez melhores para desempenharmos os nossos trabalhos. Infelizmente, nos últimos anos observamos uma preocupante sobreposição entre os grupos políticos responsáveis pela direção da Adufrj e pela Reitoria, configurando uma desastrosa porta giratória na qual as mesmas pessoas vêm ocupando, alternadamente, cargos nas duas instâncias, conformando uma seção sindical omissa e inoperante.

3. Que estratégias a chapa pretende adotar para garantir a melhoria das condições de trabalho na universidade e para reduzir as burocracias e injustiças em relação aos adicionais ocupacionais, como a insalubridade?

Para pensar na garantia da melhoria das condições de trabalho na Universidade, é fundamental que se tenha em conta que a burocracia é uma ferramenta que conjuga a paralisia e o controle laboral, com volume de demandas que nos tomam um tempo brutal e são sobremaneira repetitivas, cansativas, adoeedoras.

O preenchimento de incontá-

veis formulários sem o suporte de um sistema que armazene e contabilize os dados da própria UFRJ impõe a docentes um acúmulo crescente de funções que até pouco tempo não eram nossas. Para enfrentar essa problemática – que se agudiza na UFRJ –, vamos lutar pela efetivação dos direitos conquistados, somando-nos à luta nacional pelo cumprimento do acordo de greve que previa a revogação da Instrução Normativa editada por Bolsonaro que limita o acesso ao adicional de insalubridade e periculosidade.

Nossa política sindical não pode ser a de “alívio” das burocracias simplesmente. Precisamos reestruturar a lógica de nossos processos centrando-os objetivamente na equação da vida e das demandas docentes: cobrar a implementação de um sistema na UFRJ, como ocorre em muitas Universidades, que armazena nossas informações para facilitar a realização dos relatórios de progressão funcional é fundamental.



ELEIÇÕES 2025 >> AdUFRJ

CRESCER A PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Além da escolha da nova diretoria, as eleições da AdUFRJ vão definir a nova composição do Conselho de Representantes. Esse ano, 95 professores se candidataram à função, um aumento de 37,7% em relação a 2023. Os nomes foram homologados pela Comissão Eleitoral nesta terça, 2. “Só temos a ganhar com esse aumento expressivo de candidatos”, celebrou o professor Luiz Eurico Nasciutti, presidente da CE. Também houve acréscimo nas unidades representadas, que passaram de 31 para 33. Os professores eleitos terão um mandato de dois anos. Há disputa de chapas em apenas quatro unidades: IPPUR, Educação, EBA e Economia. Os candidatos pertencentes à Lista A se alinham à diretoria da AdUFRJ. Já os indicados na Lista B são de oposição. Cada unidade terá de um a três representantes titulares, de acordo com o número de filiados. As eleições são presenciais e estão marcadas para os dias 10 e 11 de setembro. Participe!

UNIDADE	CANDIDATOS	UNIDADE	CANDIDATOS
CAMPUS DUQUE DE CAXIAS	Juliany Rodrigues Carolina Alvares Azeredo Braga	FACULDADE DE LETRAS	Tatiana Oliveira Ribeiro
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE MACAÉ	Genesis de Souza Barbosa	FACULDADE NACIONAL DE DIREITO - FND	Luciana Boiteux Antonio Eduardo Santoro
COLÉGIO DE APLICAÇÃO - Cap	Leonardo Dangelo Alessandra Moraes André Luís Uzêda Simone de Alencastre Rodrigues	IFCS	Mayra Goulart Fernando Santoro Helga da Cunha Gahyva Thaís Florencio Aguiar
COPPE	Fernando Alves Rochinha Sergio Camargo Jr. Guilherme Horta Travassos Fabio Souza Toniolo Frederico Caetano Tavares Fernando Pereira Duda	INSTITUTO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO	Claudia Pinto Figueiredo Eleonora Kurtenbach
ESCOLA DE BELAS ARTES - EBA	Veronica Damasceno A Claudia Rocha Mourthé A Luiza Batista Amaral B Ana Paula Corrêa de Carvalho B	INSTITUTO DE BIOLOGIA - IB	Antonio Mateo Solé Cava Paulo Cesar Paiva
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO	Carine Felki Prevedello Ribamar Oliveira Liv Sovik	INSTITUTO DE BIOQUÍMICA MÉDICA LEOPOLDO DE MEIS	Juliana Camacho Pereira Maria Lucia Bianconi
ESCOLA DE MÚSICA	Samuel Araújo	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS	Tatiana Lobo Sampaio Renato Carvalho
ESCOLA DE QUÍMICA	Ricardo Medronho Ana Maria Rocco Karen Signori Pereira Ricardo Schmitz Ongaratto	INSTITUTO DE ECONOMIA - IE	Alexandre Laino Freitas A Marta dos Reis Castilho A Carla Curty Pereira B Ilderley Colombini Neto B
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - ESS	Rafael Barros Vieira Fernanda Kilduff Rejane Carolina Hoeveler	INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA - IESC	Artur Monte Cardoso Geresa Belo Gibson dos Santos
ESCOLA POLITÉCNICA	Luiz Wagner Biscainho Daniel Castello Fabio Figueiredo Karen Quintana Cuellar Eduardo de Miranda Batista Nisio Carvalho Lobo Brum	INSTITUTO DE FÍSICA - IF	Carlos Augusto Domingues Zarro Ribamar Rezende dos Reis Luca Augusto Moriconi
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE	Ana Lúcia Fernandes A Libania Nacif Xavier A Alessandra Nicodemos B Claudia Lino Piccinini B Jacqueline Girão B Ligia Karam Magalhães B Bruno Gawryszewski B Adriana Patrício Delgado B	INSTITUTO DE MACROMOLÉCULAS - IM	Elizabete Fernandes Lucas
FACULDADE DE FARMÁCIA	Katty Gyselle Holanda e Silva David Majerowicz Theo Luiz Ferraz de Souza Helio de Mattos Alves	INSTITUTO DE MATEMÁTICA - IM	Nedir do Espírito Santo Maria Fernanda Elbert Monique Robalo Carmona Ademir Fernando Pazoto Ângela Cassia Biazutti
FACULDADE DE MEDICINA - FM	Daniela Corrêa de Macedo	INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA - IMPG	Herbert Leonel Guedes Angela Hampshire Santos
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU	Laisa Eleonora Stroher Cláudio Rezende Ribeiro Letícia Castilhos Coelho Carolina Hartmann Galeazzi	INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - IPPUR	Renata Bastos da Silva A Claudia Paiva Carvalho B Suyá Quintsrl B
		INSTITUTO DE PSIQUIATRIA - IPUB	Leila Brito Bergold
		INSTITUTO DE PESQUISAS DE PRODUTOS NATURAIS - IPPN	Alessandro Bolis Costa Simas
		INSTITUTO DE QUÍMICA - IQ	Denise Maria Freire Elis Cristina Eleutherio Elisa Cavalcanti Mônica Moreira Cardoso
		INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DEFESA - IRID	Sandra Maria Becker Tavares
		NUPEM	Rodrigo Nunes da Fonseca Gustavo Camargo

Medicina de Macaé sofre com falta de docentes

> Sem professores e sem vagas em disciplinas práticas, estudantes de Medicina paralisaram as atividades durante dois dias. Direção apoiou o protesto e defende melhorias urgentes no curso

RENAN FERNANDES
renani@adufjrj.org.br

Os estudantes de Medicina em Macaé paralisaram as aulas nos dias 26 e 27 de agosto. Foi a forma que encontraram de chamar a atenção da universidade para as precárias condições de ensino no curso: laboratórios defasados, falta de professores, número reduzido de preceptores e vagas nos campos práticos.

“Há três anos faltam professores das cadeiras de Infectologia e Reumatologia e, mais recentemente, de Dermatologia”, afirmou a estudante Fernanda Barbosa, do Centro Acadêmico. O receio é deixar lacunas na formação. “Temos medo de não sairmos preparados. A gente desenvolve uma auto cobrança muito grande ao longo do curso porque sabemos que vamos lidar com situações reais de risco de morte”, revelou Fernanda.

A falta de docentes afeta, especialmente, o ciclo clínico do curso, a partir do quinto período. “No último semestre, ficamos parte do período sem aulas de Dermatologia. Depois, tivemos professores convidados, mas a cada três semanas eram professores diferentes”, revelou Cristy Helen Pedrosa, aluna do sétimo período. “Nossa avaliação foi reduzida a uma prova. A turma inteira sentiu essa defasagem no aprendizado”.

Após mais de um mês decorrido do calendário acadêmico do segundo semestre, a rotina de incerteza quanto ao cronograma das aulas continua prejudicando a formação da aluna e de seus colegas. “Ainda não tivemos aula de Reumatologia e tivemos duas aulas de Doenças Infecto Parasitárias, mas não é nada fixo”, lamentou Cristy. “A coordenação tenta fazer o que está ao alcance, mas ficam muitos buracos na nossa formação”, completou.

Marlon Pessanha, do nono período, falou sobre a rotina de ter que buscar aprender fora da universidade. “Procuramos capacitação, nos juntamos nas ligas acadêmicas, a gente tem que correr muito por fora”, disse.

O colegiado do curso apoiou a paralisação e as reivindicações. “Ouvimos os alunos e entendemos que essas demandas significam a melhoria do ensino”, disse o professor Francisco Eduardo Silva, coordenador do curso.



Há três anos faltam professores das cadeiras de Infectologia e Reumatologia e, mais recentemente, de Dermatologia

FERNANDA BARBOSA
Estudante de Medicina de Macaé

“Esses problemas estão provocando um impacto na formação deles. Eles têm que protestar”.

Atrair interessados para o magistério é o grande desafio para o professor Joelson Rodrigues, diretor do Instituto de Ciências Médicas do Centro Multidisciplinar UFRJ Macaé. “Somos uma universidade no interior em um curso de área com mercado muito competitivo. Os salários são muito defasados, muito inferiores ao que um médico especialista recebe no serviço público ou privado”.

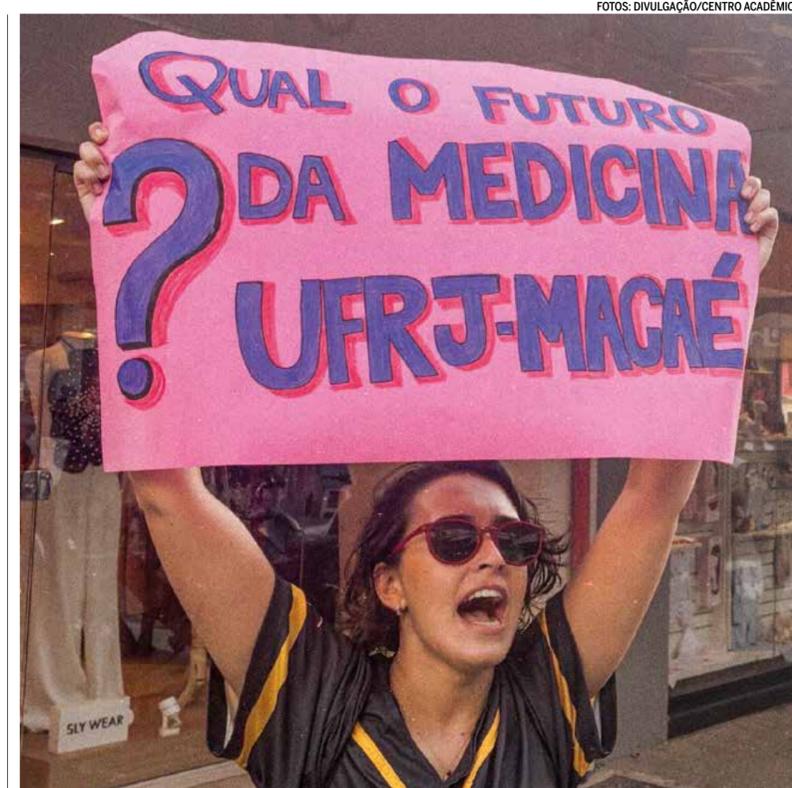
O concurso mais recente, de 2024, não recebeu nenhuma inscrição. “Quando temos um professor que pede exoneração por falta de interesse, a dificuldade de conseguir alguém para substituir é muito grande”, lamentou.

PRECEPTORES

A falta de estrutura e de pessoal se estende para os campos práticos. Marlon apontou os problemas que enfrenta no internato, a fase de estágios em hospitais no final do curso. “A gente não tem um hospital ou um ambulatório da UFRJ. Os preceptores são médicos da prefeitura de Macaé que nos recebem de boa vontade, sem receber a mais para fazer esse trabalho”, disse.

Muitas vezes, os estudantes ficam desconfortáveis, com medo de atrapalhar o trabalho dos médicos. “Como não estamos no nosso lugar, somos um corpo estranho. Nossos professores mesmo sugerem cautela na hora de tirar dúvidas”.

A preceptororia também acaba se tomando um problema para o sistema de saúde do município,



FOTOS: DIVULGAÇÃO/CENTRO ACADÊMICO



PROTESTO Estudantes denunciam problemas no curso, em especial a falta de docentes e preceptores. Professores apoiam as demandas

já que os profissionais recebem uma redução de carga horária para cumprir a função. “Isso gera um problema no sistema de saúde do município que precisa do profissional e ele está deslocado para uma atividade docente”, apontou Joelson.

Para piorar a situação, uma recente determinação da Procuradoria-Geral de Macaé restringiu ainda mais as vagas nos campos práticos. Para não deslocar médicos com contratos temporários, contratados em caráter emergencial, de suas atividades-fim,

apenas médicos efetivos podem ser preceptores. “Houve uma redução grande de pessoas disponíveis para essa função. O último concurso para médico efetivo do município foi há cerca de 15 anos”, afirmou Joelson.

O diretor revelou que já houve conversas com a direção da Ebserh na tentativa de encontrar soluções. “É um processo complexo. Existe uma fila de projetos com o mesmo objetivo, mas existem algumas possibilidades como construir uma unidade aqui ou o município doar uma

unidade para a universidade e a Ebserh gerir”.

Para o coordenador do curso de Medicina em Macaé, a construção de uma unidade própria da UFRJ é o caminho ideal. “Não é apenas para o curso de Medicina. Aqui temos também Enfermagem, Farmácia. Somos um centro de formação na área da saúde”, reforçou o professor Francisco Eduardo Silva.

REITORIA

O reitor Roberto Medronho também classificou as reivindicações dos estudantes como “justas”. “Estamos avaliando a contratação de professores substitutos para essas disciplinas, o que precisa ser imediato”, disse.

“Trabalhamos através de convênios com a prefeitura. Por isso, muitas vezes, ocorre esse desajuste. Vamos alinhar com a prefeitura a melhor forma de nossos alunos estarem nos campos de prática”.

Medronho defende o curso de Medicina em Macaé como elemento fundamental na interiorização do acesso aos atendimentos médicos e parte importante na negociação com a prefeitura. “A ideia de criação desse curso em Macaé foi para que os alunos formados permaneçam lá e nas arredores. Queremos fixar os médicos ali”, contou o reitor.

PELA PRIMEIRA VEZ NO BRASIL, O GOLPISMO MILITAR ESTÁ NO BANCO DOS RÉUS.

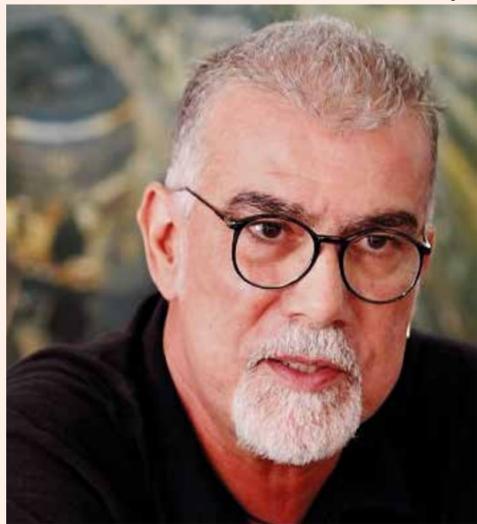
O professor Francisco Carlos Teixeira avalia, em artigo exclusivo para o Jornal da AdUFRJ, as raízes do fenômeno que, desde a Proclamação da República, produziu tantas mortes e feridas ainda abertas. O docente, Titular do Instituto de História, considera que o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados no Supremo Tribunal Federal poderá finalmente encerrar um ciclo de impunidade.

“Dos 37 indiciados no processo, 25 são militares da ativa e da reserva. Entre eles, seis generais — um da ativa. Este é o dado fundamental. A forma como o Supremo Tribunal Federal está julgando, através do fatiamento em núcleos, às vezes encobre essa presença maciça (67%) dos militares na participação da tentativa de golpe”, afirmou Teixeira à Comunicação da AdUFRJ. “Lembrando que esses militares tinham cargos fundamentais na República, inclusive com juramento de defesa da Constituição”.

Confira a seguir, a íntegra do artigo.

Artigo

DIVULGAÇÃO



**FRANCISCO CARLOS
TEIXEIRA DA SILVA**

PROFESSOR TITULAR DO
INSTITUTO DE HISTÓRIA

UM JULGAMENTO HISTÓRICO

Poucas vezes a História do Tempo Presente, e seus historiadores, foram tão desafiados no seu ofício. Trata-se da análise e do registro “à quente” de um processo que se autoalimenta — tanto o golpismo, dito “continuado”, quanto as medidas de defesa da ordem constitucional — e se desdobram no nosso cotidiano. Ao golpismo, impenitente, se soma outro fenômeno histórico de raízes históricas tão profundas quanto o golpismo militar na América Latina: a intervenção estrangeira, a invasão da soberania nacional e as ameaças de violências físicas e institucionais de uma grande potência sobre o continente. Os dois fenômenos, golpismo e Imperialismo, se iluminam mutuamente, num quadro internacional em que movimentos de Extrema-Direita se apossaram do poder, num avanço inédito de formas fascizantes de governo depois de 1945.

Nunca na História da República brasileira assistimos ao golpismo militar e ao chamado “Imperialismo”, mais uma vez aliados, serem levados de forma autônoma e livre ao banco dos réus. Sim, em verdade, o julgamento é duplo: a condenação ao golpismo será, também, a condenação aos seus aliados nacionais e internacionais.

É nesse sentido que se exige um esforço teórico e metodológico da História do Tempo Presente: trata-se de analisar o que no presente possui suas raízes num passado imediato, e mediado, ainda não encerrado como processo histórico, vindo ao menos da Proclamação da República, em 1889, e dos diversos golpes, pronunciamentos

Nunca na História da República brasileira assistimos ao golpismo militar e ao chamado “Imperialismo”, mais uma vez aliados, serem levados de forma autônoma e livre ao banco dos réus.

ilegais, ataques e tomadas do poder legítimo pelos militares.

Mesmo a nova “transição” democrática, pós 1964, foi capenga: entre 1980-1985 bombas — logo após o Decreto da Anistia, de 1979 —, sequestros, invasões marcaram a violência — hoje apagada na História — da transição democrática brasileira. E, como em 1945-1946, a transição de 1979-

1988 — a mais longa transição da História de qualquer República moderna, não se deram punições, exposições ou afastamento daqueles diretamente envolvidos com as torturas, sequestro e mortes e, claro, com as ofensas inconstitucionais contra a República. A impunidade dos anos de 1920 e 1930 e a ausência de uma transição democrática em 1945 informam e alimentam o golpe de 1964, e a impunidade de 1980-1985 alimentaram, por sua vez, as expectativas que corrompem a Nova República, anunciada por Tancredo Neves em 1985. Nenhum dos poderosos de 1964-1985, nenhum dos autores da violência “bombista” de 1980-1985, incluindo o episódio do RioCentro em 1981 e mais de 40 outros atentados à bomba, com vítimas, contra símbolos da luta pela democratização do Brasil, foram punidos.

Ou seja, a impunidade de 1945 alimenta o golpe de 1964 e a inexistência de Justiça reparadora em 1980-1988, decorrente da autoanistia do regime em 1979, alimentou, e permitiu, a corrosão da República, com o apagamento dos crimes contra a Humanidade e os Direitos Humanos e a revisão da natureza brutal da ditadura de 1964, tornando-se a própria “névoa da História” — do tipo, “- O erro foi matar pouco!” ou “Não houve ditadura!” ou, ainda, o odioso “-Mataram-se mutuamente!” e mesmo o elogio público, no Parlamento, de torturadores, versões de uma História substituída produzida pelos setores mais reacionários e violentos dos porões e repetido pelo próprio, então, Presidente da República entre 2019 e 2022.

Esses são os enlaces que constroem a estrutura da História do Tempo Presente: 1937, 1945, 1954, 1961, 1964, 1980-1985, 2016 e finalmente 2019-2023.

Aí estão os enlaces que fazem da longa

História da República no Brasil numa História do Tempo Presente, uma História de feridas abertas.

Em suma, a impunidade é o berço do vício e do eterno retorno da República à tutela militar. Hoje temos a oportunidade inédita de romper com a repetição viciosa da História: dos 37 indivíduos, todos em altos cargos da República, que começam a prestar contas por sua atuação golpista, 25 são militares da Ativa e da Reserva. Ou seja, são seis (06) generais, a maioria em cargos ministeriais e de alta responsabilidade no próprio Palácio do Planalto; um (01) almirante, então Comandante da Marinha, e, portanto, do poderoso Corpo de Fuzileiros Navais; oito (08) coronéis, com cargos e comandos; seis (06) tenentes-coronéis, incluindo o Ten.-Cel. Mauro Cid; um (01) capitão, o próprio Presidente da República e um (01) Subtenente, além de policiais federais, funcionários da Abin e da PRF. Ou seja, mais de 67% de todo o pessoal conspirador era de origens, função e de cargos militares.

O que desejavam? No imediato, conforme os planos de ação confiscados — “Plano Copa”, “Plano Punhal Verde-Amarelo” — tratava-se de um brutal magnicídio — do Presidente da República eleito, do seu Vice e do, então, Presidente do STF, além da prisão de outros dois ministros do STF. Para a maioria dos democratas já se organizavam os campos de internação/concentração, visando calar toda oposição.

A “doutrina” da Tutela Militar, ameaçava a História do Tempo Presente, pela sistemática impunidade, a reforçar os enlaces e conexões com os anos de 1930 e 1940 e repetir os processos históricos fascizantes em avanço em todo o mundo.